

-----**ATA NÚMERO 13/2020**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM DEZASSEIS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E
VINTE.**-----

-----Aos dezasseis dias do mês de abril do ano dois mil e vinte, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, via vídeo/teleconferência, sob a Presidência do Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, estando presentes a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis e os Vereadores: Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Ana Rita Senusson Valente Machado de Oliveira Gonçalves, Bruno Ferreira Martins, Paula Freitas Menezes, Nadina Cristina Gonçalves Pereira Mota, João Pedro Mendonça Vieira e Rúben Dinarte Silva Abreu. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão – Loja do Muncipe.-----

-----Verificado o quórum, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada, por maioria, com abstenção dos Vereadores do PSD, Jorge Miguel do Vale Fernandes e Paula Freitas Menezes.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DE VERAÇÃO: - Iniciando este período o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, deu conta que a iniciativa do Mercado em Casa fora alargada também aos portadores de deficiência, numa conjugação de esforços quer por parte dos comerciantes, dos funcionários do Mercado e dos colaboradores da área Social. “Também, pela primeira vez nos últimos anos, foi permitida a venda itinerante para comercialização de fruta e produtos hortícolas em várias zonas do concelho, preferencialmente aos que têm menor acesso a estruturas comerciais de maior envergadura, permitindo aos agricultores vender os seus produtos. Ao nível da juventude, informo que o concurso para o logotipo que terminaria amanhã, foi prorrogado até 30 de abril, de forma a permitir que ainda mais jovens se candidatem. Também amanhã, irá ser celebrado o Dia Europeu da Informação aos Jovens, com um debate de jovens de várias associações, cujo moderador será o dinamizador do Plano Municipal de Juventude, no sentido de contribuir para esta fase como também para as políticas de juventude para o concelho. Procuram-se dar contributos de forma criativa para ultrapassar este momento, mostrando que o Funchal não para, criando atividades e dinamizando outras na área da sua competência”, acrescentou.-----

----- - Usando da palavra, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, fez também um balanço da atuação de vários serviços e no que se refere ao Parque Ecológico, informou que os trabalhos de

reflorestação e limpeza de invasoras estavam suspensos devido à inoperacionalidade da empresa que os fazia, no entanto, disse, continuavam outras atividades, nomeadamente, ao nível das sementeiras e nos viveiros. “Está, igualmente, a ser efetuada a georreferenciação de todas as plantas e árvores que foram plantadas até ao mês de março. Nos jardins, mantém-se a regular manutenção, com equipas de trabalho em rotatividade. Ao nível dos Cemitérios, conforme já referido anteriormente, foram implementadas novas regras que estão efetivadas e a ser respeitadas, dentro da normalidade. No que se refere às obras do Museu de História Natural encontram-se suspensas, devido às medidas de contingência. No que diz respeito ao Ambiente, quero deixar um louvor a todos os funcionários que têm feito um trabalho excecional nesta fase. Mantém-se o plano de desratização no terreno e ao nível dos animais têm sido feitas esterilizações, aqueles que já se encontram no canil, não estando a aceitar, devido às medidas de contingência, animais externos. Ao nível da limpeza urbana, os sopradores foram suspensos e, diariamente, a partir das 7 horas, é feita a recolha das papeleiras e no centro estão a ser feitas varreduras manuais e fora do centro com as auto varredoras. Mantém-se também no turno da noite a lavagem dos arruamentos e sarjetas. Têm sido realizados trabalho de desinfeção, quer nas zonas do centro, quer na periferia, com a realização de três turnos. Neste momento, está suspensa a caracterização dos resíduos bem como todo o atendimento

presencial. A Linha do Ambiente e os serviços administrativos estão a funcionar e ao nível dos trabalhadores, as roupas continuam a ser lavadas na lavandaria, bem como a cantina encontra-se a funcionar. Quanto aos sanitários públicos, estiveram encerrados no período da Páscoa, mas já foram reabertos estando a ser efetuadas as limpezas e desinfecções regulares. No que se refere à remoção, mantém-se o plano estipulado, verificando-se uma redução nos resíduos totais de 13% e nos “monstros” uma quebra de 50%, sendo que os resíduos indiferenciados aumentaram devido a maior mistura dos lixos. Procurou-se dar também as melhores condições de segurança aos trabalhadores, com contactos diretos com o IASAÚDE de forma a atuar da melhor maneira”, sublinhou.-----

----- - Intervindo, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, e relativamente à limpeza de algumas artérias, disse ter sido reportado um aumento dos sem abrigo nas ruas do Funchal, nomeadamente, nas Ruas do Bispo e Queimadas, tendo existido tentativas de assalto a estabelecimentos nessa zona, questionando se tem havido o reforço da limpeza nessas artérias.-----

----- - Relativamente a esta questão, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, disse que existem zonas referenciadas e pontos críticos, cuja limpeza tem sido garantida, dando como exemplo o Auditório do Jardim Municipal, assim como outros locais que têm vindo a ser reportados, onde também tem existido um reforço da sua limpeza.-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, e sobre este assunto, esclareceu: “Não houve um acréscimo das pessoas sem abrigo, o que aconteceu é que se deslocaram para espaços, que anteriormente não utilizavam e as situações estão referenciadas e o que se fez no Pavilhão dos Trabalhadores, foi proporcionar um espaço para os sem abrigo poderem pernoitar com as mesmas regras que já existiam na Rua do Frigorífico, o que sucede é que muitos não querem cumprir com as regras impostas e por vezes ocupam espaços públicos”.-----

----- - Usando agora da palavra, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, por sua vez, informou que “a Associação Conversa Amiga continua a percorrer toda a cidade, acompanhando as pessoas que estão na rua e os casos estão sinalizados e também seguidos pelos nossos serviços. Em termos sociais, continuamos a efetuar este acompanhamento. Em relação à programação cultural, a Câmara Municipal tem tido uma grande preocupação em manter e adaptar a programação cultural a estes tempos e foi reajustada, com transmissão online, e reajustada quer com novas produções, quer com a reposição de conteúdos que já existiam. Estão a ser usados, maioritariamente, três canais para esta divulgação cultural a que se deu o nome “a cultura que nos une”, nomeadamente a plataforma da Câmara Municipal, com programação em direto, como foi o caso de uma tertúlia/reflexão de como a cultura poderá ultrapassar esta situação. Também têm existido concertos em direto, a partir de espaços municipais, todas

as sextas feiras e está pensada uma websérie para o 25 de abril. Tem sido igualmente trabalhado o Facebook e o Instagram do Teatro Municipal, com as oficinas de música, para de uma forma pedagógica, explorar alguns instrumentos musicais. Tem sido igualmente feita a reposição de espetáculos teatrais e documentários e serão realizadas intervenções na área da dança. Os Museus também têm os canais de Facebook e Instagram e estão a ser realizadas visitas virtuais e explora-se, diariamente, uma obra ou peça do espólio do museu, mantendo, também, o programa “Música nos Museus” e a realização de conferências. A preocupação da Câmara tem sido que a cultura não pare e que os artistas continuem a ser pagos e que continuem a criar, adaptados a esta nova realidade”.

----- - Usando novamente da palavra, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, referiu que, na semana passada, teve de recorrer à linha 112, congratulando-se pela forma como o serviço foi prestado pelos bombeiros, reforçando, no entanto, que existem casos de transportes de doentes, que, mesmo após o inquérito realizado, muitas vezes as pessoas omitem factos sobre o historial clínico e contacto com pessoas contagiadas.

----- - A este propósito, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, informou sobre um episódio que acontecera com estas mesmas características, em que o doente omitiu que estivera em contacto com um doente com COVID-19, no entanto, foram tomadas as medidas e a equipa esteve em isolamento, não se tendo

verificado nenhum contágio. Referiu ainda que “têm sido mantidas reuniões semanais com o IASAÚDE e uma das preocupações foi qual a moldura penal a aplicar para quem oculta intencionalmente informações sobre o historial clínico. Refiro ainda que foi solicitado anteriormente um espaço para que os bombeiros, em caso de necessidade, pudessem fazer o isolamento noutra sítio que não o quartel dos bombeiros e fomos informados que a Pousada da Juventude tem três quartos preparados para tal, caso seja necessário”.-----

-----Retomando a palavra, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, questionou se o equipamento de proteção individual dos bombeiros havia sido reforçado, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, esclareceu que “a DRS emitiu uma orientação sobre a utilização de equipamentos de proteção individual e dos profissionais que as devem utilizar onde se enquadram os bombeiros voluntários e a assistência e todos têm os equipamentos de proteção individual recomendadas. Ainda ontem pedi ao Secretário Regional da Saúde que clarificasse a utilização de máscaras para uso comunitário, dado que existem informações confusas e incompletas”.-----

-----Prosseguindo, a Vereadora do PSD, Nadina Mota, e a propósito das aulas virtuais e tendo conhecimento de que muitas Juntas de Freguesia têm auditórios com equipamento informático, questionou se não seria possível que as mesmas pudessem emprestar os citados equipamentos às famílias mais carenciadas,

caso as escolas não consigam suprir as necessidades.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que cada Junta de Freguesia tem a sua própria autoridade e independência administrativa e tem havido um contacto próximo com as Juntas, adiantando porém que algumas possuem auditórios, mas na sua grande maioria não possuem equipamentos informáticos.-----

----- - Usando da palavra, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse ter sido contactado por dois munícipes que questionaram como poderiam efetuar o pagamento da água, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, informou que os prazos de pagamento foram prorrogados por trinta dias, especificando que o mesmo é sempre possível ser efetuado por transferência bancária, através do IBAN que se encontra na fatura.-----

-----Retomando a palavra, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou se o Presidente confirmava ou se tinha conhecimento que a FrenteMarFunchal iria avançar para o lay-off, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse: “Não sei, até porque não tenho conhecimento se as leis do lay-off se aplicam às empresas municipais, tendo conhecimento que um grupo de autarcas do PSD propôs essa medida ao Governo da República para que o lay-off também abrangesse empresas públicas nacionais ou municipais, mas, até ao momento, desconheço se existe essa aplicabilidade, no entanto, a existir é um

instrumento a ser considerado, até porque ontem, tivemos conhecimento que a época balnear estará cancelada, por orientação do IASAÚDE, em que todo o tipo de eventos que permitam aglomerados de pessoas só poderão ser retomados após noventa dias úteis do término do estado de emergência e admitindo que será renovado por mais quinze dias, o que muito provavelmente verificar-se-á, a data de início da época balnear seria no início de setembro o que impossibilita que os complexos balneares abram, a não ser que haja uma lei ou uma circular normativa que o possibilite. Sobre esta situação em específico, questionei o Secretário Regional da Saúde e foi referido, inequivocamente, que esta orientação se aplica aos complexos de balneares”.

-----Seguidamente, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou o Presidente da Câmara e o Executivo se consideravam que todas as medidas de apoio à população e de fomento económico empresarial que a Autarquia poderia tomar se teriam sido efetivamente tomadas, tendo em conta as Leis aprovadas que permitem às Autarquias uma margem significativa, quer no que concerne às despesas relacionadas com o COVID-19, quer no computo global dos valores incluídos em orçamento para cálculo da dívida do município.

----- - Em relação a esta questão, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse ter conhecimento, referindo que “na Câmara do Funchal não terá grande impacto uma vez que não estamos

sobre nenhum plano de ajustamento. O PAEL foi pago na íntegra há dois anos, em termos de capacidade de endividamento é superior a cem milhões de euros e a dívida é de cerca de trinta milhões de euros. As medidas que têm sido tomadas são as mesmas das medidas tomadas no Continente e que são adotadas na região, importando perceber quais são as intervenções e os apoios que a Câmara pode dar aos empresários que não sejam as de duplicar apoios que já estão previstos, quer por linhas de apoio ou financiamento da República e que foram transpostas para a região ou ainda pelo fundo de emergência de apoio social em que o Governo Regional distribuiu estas verbas a um conjunto de entidades na região, lamentando que nenhuma autarquia da região tivesse a possibilidade de usar esse fundo social nos seus programas de apoio social, reforçando que este lamento é partilhado por muitos autarcas da região, uma vez que houve uma preferência clara por algumas entidades que, ao contrário dos municípios, acabam por não justificar publicamente a aplicação dessas verbas, e, neste sentido, a Câmara estará atenta e procurará fazer o seu papel para que todos os munícipes do Funchal possam ter acesso, sobre os mesmos critérios a essas fontes de financiamento”.-----

-----Continuando na sua intervenção, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, lembrou que também a Câmara, recentemente, concedera apoios no valor de cento e oitenta e sete mil euros, para ação direta no município a respostas do COVID-19,

questionando, novamente, se foram tomadas todas as medidas e iniciativas de resposta ao COVID-19 que poderiam e deveriam ter sido tomadas.-----

----- - Em resposta, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse que “a Câmara Municipal, face às contingências que o PSD deixou em mãos com um Orçamento chumbado, está, neste momento, a fazer tudo aquilo que está ao seu alcance, com os recursos que tem, lamentando que a utilização de recursos de apoios sociais seja canalizado para entidades através de uma escolha unilateral, sem auscultação dos municípios, lamento este que também é partilhado por autarcas do PSD. E tudo o que for aplicado no Funchal será objeto de escrutínio”. -----

----- - Na sequência da informação prestada pelo Presidente da Câmara, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, deu a seguinte explanação: “Apesar das dificuldades que herdamos, vamos gerindo toda a situação e acho que devem ter essa noção, e as consequências do COVID-19 são diferentes todos os dias. Tem sido feito um trabalho diário de planificação, como temos vindo a dar conta, com linhas telefónicas abertas e estamos a tentar ajudar com problemas graves, nas várias áreas, e temos tido um contacto direto com os nossos munícipes com ações reativas e proactivas consoante a tipificação dos problemas e ao perguntar se está tudo feito, digo que não, porque a realidade muda diariamente, mas garantindo que trabalhamos todos os dias para ajudar as pessoas e que saibam que a Câmara ajuda quem precisa”.-----

-----Prosseguindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, e relativamente aos problemas sociais graves, questionou se o Município já equacionara isentar o pagamento de rendas a uma significativa parte dos inquilinos da SocioHabitaFunchal, equiparando-se a outras autarquias e inclusive ao nível do Governo Regional, com a adoção de uma medida de apoio direto a uma franja da população que iria beneficiar de um alívio financeiro durante este período. -----

----- - Relativamente a esta questão, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, referiu que “a habitação é um bem precioso e está prevista na Constituição da República, estando igualmente previsto, em todos os estudos internacionais, que a habitação não deve custar mais do que entre 30% a 40% do rendimento financeiro de cada família, sendo que os agregado que estão abaixo destes valores são equacionados e, neste caso, seguimos as linhas internacionais e ainda ontem o IHRU abriu uma linha de apoio com os mesmos critérios e já estão a ser analisados todos os casos e já estamos a receber alguns pedidos de reavaliação que serão analisados consoante os rendimentos das famílias e pagarão o que for possível pagar”.-----

----- - Intervindo sobre esta situação, a Vereadora Paula Menezes, do PSD, questionou qual o tipo de ajuda que tem sido prestado, ao que a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, informou: “Não se tem trabalhado pontualmente mas sim em rede com as instituições que estão no terreno, sendo parceiras ou não, dando apoio

telefónico à distância. Quando é necessário apoio psicológico são encaminhadas para as linhas e para o trabalho que já é efetuado no terreno nessa área. Estamos preparando outras medidas que, em breve, serão divulgadas e nas várias áreas as pessoas são encaminhadas para quem está no terreno e nos casos de quem não tem alimentação nós próprios estamos a levar ao domicílio”.-----

----- - O Presidente da Câmara Municipal, Miguel Silva Gouveia, referiu que “ficou bem explícito que estamos a apoiar as famílias que precisam e estamos a agir racionalmente ajudando quem realmente precisa, não concedendo apoios indiscriminados”.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Concurso limitado por prévia qualificação sem publicidade internacional (nº 10/DIE/DEE/2020), para a execução da empreitada de “CIGMA – Centro Integrado de Gestão Municipal Autónoma” – Abertura de Procedimento:** - De

acordo com a informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (refª 076/DIE/DEE/2020), a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, autorizar a abertura de procedimento por concurso público por prévia qualificação sem publicidade internacional (nº 10/DIE/DEE/2020), para a execução da empreitada mencionada em título, com o valor base de € 1.370.552,00 (um milhão, trezentos e setenta mil, quinhentos e

cinquenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e aprovar as peças processuais, bem como a designação do júri proposto na referida informação, composto por: *Presidente* – Duarte Jervis; *1º Vogal* – Mário Nunes; *2º Vogal* - Francisco Félix; *1º Vogal Suplente* – Ilidio Américo; *2º Vogal Suplente* – José Perna.-----

--- - Em complemento à informação, o Vereador Rúben Abreu, da Confiança, referiu: “O objetivo deste Centro é ter toda a estrutura da Câmara a funcionar em tempo real com respostas em simultâneo e funcionará na antiga Escola de Santa Rita”.-----

---De seguida, este mesmo Vereador fez uma breve apresentação do projeto com discriminação das salas e valências do Centro e das suas capacidades como edifício autónomo. Disse que, relativamente à obra, tem um prazo de quatrocentos e cinquenta dias, com um preço base de um milhão, trezentos e setenta mil euros e que, após a prévia qualificação será lançado o procedimento.-----

--- - Intervindo, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, questionou o ponto (8.3), nomeadamente onde refere que a obra é em São Roque, tendo o Vereador Rúben Abreu, da Confiança, esclarecido ter sido um erro e que seria retirado, acrescentando que a mesma está em orçamento e cabimentada.-----

--- - Tomando a palavra, a Vereadora Paula Menezes, do PSD, por sua vez, referiu: “O projeto está pensado tendo em conta a eficiência e vanguardista, tipo filme 007, mas não parece realista,

atendendo ao panorama atual e, ao contrário do que afirma o Presidente, não são só alguns que estão prejudicados pelo COVID-19, julgando que a maior parte da população do Funchal será bastante afetada e este tipo de investimento não se compadece com a situação atual, isto é, reconhecemos que a população tem alguma dificuldade e têm sido dados alguns apoios práticos, nomeadamente a pessoas com mais dificuldade permitindo o acesso aos bens essenciais o que é de salutar, e que já havíamos alertado, mas não vejo da parte da Autarquia nenhuma ajuda financeira à população que mais necessita”.-----

--- - Intervindo, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse: “Não se trata de apoios sociais, estamos sim a falar da abertura de um concurso limitado por prévia qualificação de uma empreitada. Este é um investimento e não se pode pegar neste dinheiro e aplicar em apoios sociais, conforme está a sugerir a Vereadora Paula Menezes, sendo que estas verbas estão consignadas e não poderão ser aplicadas noutra área que não esta”. -----

--- - Continuando, a Vereadora Paula Menezes, do PSD, disse que não foi essa a referência, apenas achava extemporâneo e tendo em conta as prioridades e haverão com certeza outras que não a realização de um centro inteligente, que em termos de gestão de autarquia irá facilitar, mas não parece ser um investimento adequado aos tempos que correm.-----

--- - Usando da palavra, o Vereador João Pedro Vieira, da

Confiança, e relativamente às declarações da Vereadora Paula Menezes, do PSD, referiu: “Ainda no dia de ontem, o Vice-Presidente do Governo Regional sugeriu que o turismo regressasse o mais depressa possível e assim que for permitido, bem como o regresso às obras e que tem a ver com a responsabilidade que as Câmaras, Juntas e o Governo Regional terão de, também, manter os níveis de investimento sendo que, em todo o país, a preocupação maior é manter o investimento público”.-----

--- - Intervindo, novamente, a Vereadora Paula Menezes, do PSD, disse achar importante quer a retoma do turismo, quer a retoma das obras, mas que deverá ser feita de forma adequada e com os devidos planos de contingência, reforçando, no entanto, que este investimento não era prioritário.-----

--- - Usando da palavra, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que “em discussão está um concurso que irá ser aberto para a obra de construção do Centro Integrado de Gestão Municipal Autónoma, algo que não existe na Região e no País só existem três municípios que estão a dar os primeiros passos neste sentido, nomeadamente, Lisboa, Porto e Cascais e o Funchal também estaria na linha da frente, na medida em que se pretende ser uma cidade inteligente, com um centro integrado que permita gerir em tempo real todos os acontecimentos da cidade e não será algo que ficará só para o momento, é um investimento a médio e longo prazo e será um legado que este Executivo deixará à cidade numa nova forma de abordar a gestão urbana da mesma e é o

tempo de efetuar este tipo de investimentos que serão estruturantes a médio e longo prazo”.

--- - A Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, interveio, para questionar se o objetivo era colocar neste edifício uma concentração dos serviços que já existem dispersos e que permitirão, quando surgem situações de ocorrências, como derrames de água, entre outras, que o município tenha uma garantia de ter uma resposta mais rápida e imediata, porque os serviços vão estar conectados e provavelmente dotados de algumas funcionalidades mais inteligentes.

--- - Respondendo, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu: “O objetivo não é só para situações de crise nem para agregar serviços, mas é saber tudo o que se passa na cidade e tratar a informação recebida e recolhida. A informação está dispersa em vários serviços e também é o objetivo consolidar a informação, permitindo dar uma resposta mais consistente e estruturante aos municípios. Será um centro que conjugará o despacho das intervenções a curto prazo e uma planificação da cidade a médio prazo”.

--- - Intervindo, novamente, a Vereadora Paula Menezes, do PSD, referiu que o projeto é uma excelente ferramenta para a cidade do Funchal e percebe-se que esteja no vanguardismo de outras das cidades do país, mas reforçou, contudo, que existiam outras prioridades que não esta obra.

--- - Usando da palavra, o Vereador Rúben Abreu, da Confiança,

disse discordar da Vereadora Paula Menezes e o que falou sobre este projeto é que é um investimento digno de um filme do 007. “Este projeto é fundamental para a gestão da cidade, e em minha opinião, acho que, alguns investimentos que o Governo Regional faz também não são prioritários, mas existe um planeamento das obras e têm que ser realizadas”, frisou.-----

2 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO:-----

----- - **Minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município do Funchal e a Junta Diocesana do Funchal da Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina:** - Foi aprovada, por unanimidade, a deliberação que

abaixo se transcreve, subscrita pela Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, bem como a Minuta do Protocolo que dela faz parte e que ficará, por fotocópia, como Anexo (A) à presente ata:-----

---“Considerando que: A Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina (ACISJF) é uma associação privada de fiéis, sem fins lucrativos, de caráter apostólico e inserida nas Instituições de Particulares de Solidariedade Social; Tem por fim apoiar, salvaguardar e promover a juventude feminina quando fora do seu ambiente familiar, seja qual for a sua condição económica, social, política ou religiosa; A Junta Diocesana do Funchal da ACISJF gere o Lar Nossa Senhora do Bom Conselho, sito à Rua da Carreira número 163-B, que sobrevive exclusivamente com a colaboração das suas utentes e associados; No transato mês de outubro foi contactada no sentido de acolher uma jovem de 18

anos e a respetiva mãe; A jovem foi acometida de uma grave e rara doença designada por “Má formação de Arnaud-Chiary” que não só a remeteu para uma cama articulada e mobilidade em cadeira de rodas, mas também a impossibilita de descer e subir escadas; O lar da Junta Diocesana do Funchal da ACISJF está instalado no primeiro andar de uma casa centenária, o acolhimento desta jovem só será possível se for montada uma cadeira elevador para a escada interior; A referida Junta Diocesana não dispõe de capacidade financeira para suportar os custos desta infraestrutura e pretende ser útil à jovem de modo a lhe proporcionar uma melhor qualidade de vida, porque o seu pedido se situa dentro da finalidade daquela Associação; O solicitado pela ACISJF integra-se também na política que a Câmara do Funchal vem desenvolvendo na área da inclusão, nomeadamente através da concessão de apoios financeiros, quando estes se revelam os mais adequados, como é o presente caso; A verba atribuída pela presente deliberação tem o cabimento número 2020/1419. Assim tenho a honra de propor que a Câmara delibere: Aprovar a Minuta do Protocolo a celebrar entre o Município do Funchal e a Junta Diocesana do Funchal da ACISJF, em anexo a esta proposta e que dela faz parte integrante, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro”.-----

3 – ACIDENTE DA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÃO: - Foi unanimemente deliberado, em função da exposição apresentada por Josiane Christine Lanhove (proc.º 39352/2019) e com base na

informação das Águas do Funchal (I-8190/2020), aprovar, o pagamento da indemnização no valor de € 2.115,75 (dois mil cento e quinze euros e setenta e cinco cêntimos), pelos danos causados na moradia situada à Rua da Montanha, número vinte quatro, freguesia de São Gonçalo, provocados por infiltrações devido a uma rotura na rede de água potável.-----

4 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta de Deliberação do PSD, intitulada “Isenção do pagamento dos restantes 50% do valor de água que não são participados pelo Governo Regional”**: - Foi apresentado pelos Vereadores do PSD, a proposta de deliberação, do seguinte teor:-----

---“**Considerando:** 1) A declaração do estado de emergência de saúde pública de âmbito internacional, emitida pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como a classificação, no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como pandemia internacional; 2) A situação epidemiológica da COVID-19 em Portugal e o Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, que declara o estado de emergência em todo o território nacional, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública; 3) Que a primeira prioridade da autarquia será a de contribuir para garantir a segurança e o bem-estar da população da cidade do Funchal e simultaneamente procurar a contenção da epidemia de COVID-19, adiando o mais possível a sua manifestação na Região Autónoma da Madeira; 4)

Considerando que, para atingir tais objetivos, tem sido necessária a implementação de medidas temporárias e excepcionais no contexto regional tendo por fim a garantia da saúde pública regional, condicionando o exercício das atividades económicas consideradas não essenciais, mas que essas medidas estão já a ter consequências económicas graves, que se repercutirão por um período alargado no tempo; 5) Que a Câmara Municipal do Funchal, face à situação atrás descrita, deveria estar sensível às necessidades de todos os munícipes funchalenses ao atravessar este período excepcional; 6) Que o orçamento anual à disposição da autarquia permite enquadrar medidas municipais temporárias e excepcionais de apoio em diferentes áreas de atividade. A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, isentar todos os munícipes do pagamento dos restantes 50% do valor da água que não são comparticipados pelo Governo Regional, na conta da água relativo ao mês de março e até que o Estado de Emergência seja levantado, como medida de apoio a todos os munícipes.”-----

--- - Relativamente a esta questão, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que a Autarquia já isentou em 100% da água, conforme já referido na semana passada, os consumos entre dezasseis e trinta e um de março, ao que a Vereadora Paula Menezes, do PSD, disse que a presente proposta fosse válida enquanto durar o estado de emergência.-----

--- - Intervindo, o Vereador Rúben Abreu, da Confiança, voltou a

reforçar que entre os dias dezasseis e trinta e um de março, a Câmara isentou em 100% e não em 50%.-----

--- - Usando da palavra, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, voltou a referir que “neste momento, a Câmara do Funchal está a isentar em 100% os consumos de água, 100% da taxa dos resíduos e 100% da taxa de coletores e esgotos, entre os dias 16 e 31 de março. O Governo Regional isentou a água em alta, entre os dias 16 e 31 de março e a Câmara, além da isenção da água, está a isentar as outras taxas associadas à fatura entre os dias 16 e 31, já que antes desta data não havia estado de emergência, nem o próprio Governo Regional o fez”.-----

--- - Intervindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse: “Na deliberação aprovada na última reunião, é referido, explicitamente, que relativo à água em baixa, o encargo é isento ou reduzido em 50%, as várias alíneas referem 50%, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que entre dezasseis e trinta e um, é 50% do mês, questionando se o que o PSD pretendia era a isenção do mês de março inteiro, ao que a Vereadora Paula Menezes referiu que “é 50% do mês de março da água em baixa e nos restantes meses, até que o estado de emergência seja levantado”.-----

--- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que “a quinzena final do mês de março está 100% isenta, na prática reflete-se em 50% da fatura, estando a Câmara a fazer igual à ARM nos concelhos em que fornece água em baixa e nos próximos

meses será feito igual ao que a ARM fizer”.-----

--- - Usando da palavra, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, questionou se a ARM já teria se pronunciado, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu que não.--

--- - Intervindo, de novo, a Vereadora do PSD, Paula Menezes, disse que a Câmara teria autonomia para decidir sobre esta questão, ao que o Presidente da Câmara esclareceu, da seguinte forma: “Poder pode, mas a Câmara não se irá antecipar em conceder uma isenção sem conhecer o entendimento da ARM e do Governo Regional. O que está a ser feito é, além de refletir o desconto da venda da água em alta, também estamos a refletir aos munícipes o desconto de todas as operações da Câmara com a atividade de fornecimento da água em baixa. É importante clarificar o que o PSD está a propor, porque na proposta apresentam a isenção de 50% da água que não é comparticipada pelo Governo Regional e a Autarquia está a isentar a água e as taxas de resíduos e coletores em 100%, desde o dia 16 e 31 de março. O Governo Regional não está a isentar, está a pagar à ARM os consumos de metade do mês de um madeirense de Machico, ao passo que o madeirense do Funchal não está a ter o mesmo tratamento por parte do Governo Regional, o que demonstra uma discriminação do Governo Regional entre um madeirense do Funchal e outro de Machico porque está a pagar a água em alta. Os Vereadores da Confiança não vão votar a favor a uma proposta porque nem o próprio Governo o fez relativamente à água e eletricidade aos munícipes do

Funchal enquanto vigora o estado de emergência”.-----

--- - Intervindo, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, e sobre esta proposta, disse: “Sou favorável à tomada de medidas que apoiem as famílias mais desfavorecidas numa crise ainda mais sem precedentes como esta, questionando se esta proposta foi avaliada, em quanto comporta, e qual o impacto financeiro que terá nas contas da Câmara, dado que não sabemos quando irá terminar o estado de emergência e não tendo uma baliza de tempo na proposta, existindo um valor mensal da análise do impacto, questionando também se já houve um diálogo com a ARM sobre qual a tomada de posição desta para os meses de abril e maio”.-----

--- - Em resposta, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que deveria ser a Vereadora Paula Menezes a responder, uma vez que a proposta é do PSD e deveriam ter sido apresentados os custos juntamente com a mesma. Relativamente à ARM, disse que “quando foi anunciada a medida pelo Governo Regional, a Câmara contactou a ARM para perceber de que forma é que iria ser implementada e foi-nos comunicado que não sabia e que mostra como a medida foi extemporânea e avulsa. Ficámos a saber pelo JORAM da forma como iria ser implementada, por parte do Governo Regional, já que é este que está a pagar à ARM a água de alguns municípios e a ARM não tem qualquer tipo de informação sobre as medidas do Governo Regional, nem tão pouco o Governo sabe como irá proceder nos próximos meses em termos de desconto de água e eletricidade, sendo esta a informação que

temos do que está a ser feito a nível regional. Toda e qualquer outra informação sobre os reflexos desta proposta deverá ser analisada por quem a apresenta”.-----

--- - Continuando, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, questionou quanto custa à Câmara um mês de água à ARM e por quanto vende a Câmara ao munícipe, por mês.-----

--- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu que esses valores estavam discriminados nas prestações de contas, tendo o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, acrescentado que “são novecentos e doze mil euros de faturação da água que tem todos os meses sobre os munícipes do Funchal, sendo que o que estava orçamentado, para este ano, eram cerca de dez milhões novecentos mil de receitas em venda de água. À ARM, o custo dos trinta e um milhões de metros cúbicos rondam os nove milhões de euros, não esquecendo de subtrair 70% do custo, porque como sabe 70% da água é perdida e logo 70% do custo da água é desperdiçado”.-----

--- - Retomando a palavra, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse que os argumentos da água perdida ser descontada, é de facto descabido, não deixando de ser surpreendente vindo de quem vem.-----

--- - Tomando, de novo, a palavra, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, questionou: “Esta proposta diz respeito a todos os munícipes ou apenas aos que tiveram uma quebra nos seus rendimentos”, ao que a Vereadora Paula Menezes, do PSD, explicou

que seria para todos os munícipes e na continuidade do estado de emergência.-----

--- - Intervindo, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, afirmou: “Recupero as palavras da Vereadora Paula Menezes quando, no primeiro ponto, disse que este investimento não se compadece com o tempo atual. Faça as contas, porque a proposta aqui apresentada custa mais do que o investimento que a Câmara vai fazer no ponto em que se absteve e diz bem como somos, sucessivamente, confrontados por um lado, por uma vereação do PSD que diz que a Câmara não faz investimentos ou são despropositados e, na mesma reunião, apresenta uma proposta, que dava para pagar o CIGMA e sem reflexos concretos porque a Autarquia já isentou a segunda quinzena de maio”.-----

--- - Intervindo, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, questionou se “é justo que a Vereadora Paula Menezes deixe de pagar a água. Acha que é justo beneficiar dessa benesse da Câmara?”, ao que a Vereadora Paula Menezes, do PSD, referiu que todos vão ter quebras nos rendimentos e a maior parte dos trabalhadores terão grandes perdas, tendo o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, questionado, novamente, com as isenções propostas e as perdas de receitas como irá a Câmara pagar todos os compromissos que tem, incluindo os salários aos funcionários?-----

--- - Prosseguindo, a Vereadora Paula Menezes, do PSD, disse que o Presidente tinha em sede de Orçamento valor mais do que

suficiente para assegurar esses custos, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, afirmou que “o PSD está a agir de uma forma premeditada para desequilibrar cada vez mais as finanças deste município. Chumbaram o Orçamento, têm apresentado propostas, sistematicamente, ou de aumento de despesa ou de retirada de receita, que demonstra a má fé do PSD e quem pode pagar não precisa de apoio e é necessário salvaguardar para quem, efetivamente, vai precisar, que não será agora mas será nos próximos meses”.

--- - Intervindo, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, questionou se não seria preferível ouvir primeiro qual a decisão que a ARM ou o Governo Regional irá ter relativamente a estes meses.

--- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que efetivamente será extemporâneo estar a decidir sobre uma questão que o Governo Regional e a ARM ainda não decidiram.

--- - Colocada à votação foi a proposta reprovada, com votos contra da Coligação Confiança e abstenção do CDS/PP.

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, deu por encerrada a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão – Loja do Muncipe, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 119/2020, publicada nos locais de estilo.